

A mundialização capitalista o conceito gramsciano de revolução passiva

Marcos Del Roio

(Prof. de Ciências Políticas, UNESP – FFC)

Resumo:

O texto que se segue parte da questão da possibilidade de se explicar o estágio atual do capitalismo por meio do conceito de revolução passiva, elaborado por Gramsci nos Cadernos do cárcere. A resposta pra esse problema pressupõe, no entanto, um outro que é a discussão do próprio conceito de revolução passiva e outros que lhe são correlatos. Apenas feita uma atenta apreensão do conceito é que se pode discutir a sua aplicabilidade para os tempos atuais.

Palavras-chave: *revolução passiva; guerra de posição; revolução permanente; guerra de movimento; risorgimento; fascismo; americanismo; crise orgânica; mundialização*

1. O problema

Nas últimas décadas, o conjunto das ciências políticas e sociais, assim como a própria literatura de divulgação midiática, muito tem discutido sobre a “globalização” (expressão preferida no mundo anglo-americano e portadora de maior cariz ideológico) ou sobre a “mundialização” (mais usado entre os franceses), com enfoques teóricos e abordagens as mais variadas. De alguma maneira, se difundiu e generalizou a idéia ou percepção de que uma mudança de época histórica teve início no fim dos anos 70. Os elementos mais evidentes nessa mudança e que primeiro empenharam os intelectuais foram a ascensão vertiginosa do mercado financeiro global, a força das grandes corporações transnacionais e a espantosa difusão dos meios de informação e comunicação. Certo que muitos outros elementos se destacaram, como a mundialização da cultura de massa e a consolidação política e cultural do tema do ambientalismo. Com um pouco mais de atenção se observa também que em regiões importantes do planeta parece ser patente o declínio das instituições sociais do movimento operário e da cultura da esquerda.

Muitos outros elementos aparentemente esparsos poderiam ser lembrados a fim de mostrar que o senso comum da ocorrência da “globalização” ou “mundialização” se cristalizou sobre um efetivo movimento do real. A questão de fundo -- até para que se possa entender, explicar e conduzir esse movimento do real, elevando criticamente o próprio senso comum -- é a de saber da natureza e do conteúdo dessa fase histórica, saber quais são os seus fundamentos econômico-sociais e sua dinâmica.

Conta com bastante influência a posição teórico-ideológica que privilegia o tema da fragmentação dos sujeitos e do fim do trabalho como fundamento da sociabilidade humana, mas esse problema existe mesmo no campo que se desdobra do marxismo. Nessa vertente, algumas das questões principais que se apresentam na interpretação da época atual é se pode ser observado um estágio capitalista para além do imperialismo ou se nos encontramos numa fase nova dentro do imperialismo capitalista; se império

poderia ser uma designação razoável para essa fase e nesse caso império de quem: dos EUA, das grandes corporações? Trata-se efetivamente de um império com hegemonia ou não passa de domínio com crise orgânica e sem hegemonia? Nesse quadro, é possível ou razoável falar de atualidade da revolução socialista?

Frente esse conjunto de problemas postos pelos tempos atuais, diante dos qual a tradição cultural originada em Marx é qualificada, por amplos ambientes intelectuais, de inoperante para entender e transformar a realidade, a questão que esse texto se propõe a considerar é se a contribuição teórica de Antonio Gramsci tem algo a oferecer efetivamente. Não só para explicar essa fase do desenvolvimento do imperialismo, mas também para se pensar a revolução comunista. Mais particularmente, a pergunta é se categoria de revolução passiva pode ser de utilidade no intento de compreensão / transformação do mundo dos homens nesse início de século XXI. A resposta exige a localização do significado (ou significados) que Gramsci concedeu a esse conceito ou categoria teórica. Ou ainda, por outro verso, a categoria de revolução passiva não cabe e a contribuição de Gramsci aparece de um modo diferente e quem sabe mesmo insuspeitado.

2. Origem e significado da categoria de revolução passiva.

Um dos grandes problemas que Gramsci se colocou para ser estudado no cárcere foi a compreensão do *Risorgimento* como processo particular de realização da revolução burguesa na Itália, abordando especificamente a relação entre os intelectuais e as massas. Desde logo estava claro para Gramsci que o problema da revolução burguesa na Itália não era uma questão estritamente nacional e que não poderia ser entendida dissociada da larga compreensão da revolução francesa, que tampouco poderia ser vista apenas como uma revolução nacional. O contexto internacional da revolução burguesa era essencial mesmo para se compreender a formação dos Estados nacionais e do próprio capitalismo.

Esse enquadramento teórico foi oferecido a Gramsci por um texto escrito por Vincenzo Cuoco, considerado um clássico da ciência política na Itália, qual seja o *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. ^[1] Esse texto foi publicado pela primeira vez em 1801 e teve uma edição revista em 1806. Cuoco, jurista e administrador público napolitano, se empenhou em trazer Machiavelli e Vico para as condições históricas do novo tempo que a revolução francesa inaugurava.

A tese fundamental de Cuoco era que a revolução napolitana de 1799 só ocorrera em razão do impacto da revolução francesa e particularmente das ações de Napoleão. Esse impacto mobilizou parte das classes dirigentes napolitanas, que divisaram as vantagens em fazer de Napoli um Estado guiado pelas idéias francesas e mesmo de fazer parte do império francês que a revolução visava criar. Cuoco nota que às classes dirigentes napolitanas faltaram coerência e determinação, mas que ao fim das contas o elemento decisivo foi a não participação das massas populares nessa comoção histórica. Daí ter sido a revolução napolitana uma revolução passiva, pois que, importada da França dividiu as classes dirigentes, incluindo os intelectuais, mas não se vinculou às massas populares. O resultado foi a impossibilidade de se criar uma nação ítalo-napolitana.

Essa interpretação de Cuoco orientou Gramsci na leitura de todo o processo do *Risorgimento* como desdobramento da revolução francesa. No entanto, um alargamento do campo de visão foi necessário. Foi preciso, antes de tudo, considerar

a revolução francesa como um fenômeno de longo prazo e de incidência mundial, não apenas uma manifestação circunscrita à história da França do decênio 1789-1799. Gramsci concebeu a revolução francesa como eclodindo na França, se alongando no tempo e se espalhando no espaço, num processo de construção da ordem burguesa. Diz Gramsci, a propósito:

De fato, só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotaram-se historicamente todos os germens nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim a sua vitalidade tanto em relação ao velho quanto em relação ao novíssimo. [2]

Essas oito décadas que fizeram emergir e que consolidaram a ordem burguesa podem ser divididas em fases ou “em ondas cada vez mais longas”. No conjunto, em termos de ciência e ideologia política, a época da revolução francesa é identificada como sendo de revolução permanente, de ação política jacobina e de guerra de movimento. Isso significa que os episódios revolucionários são quase que recorrentes pela ação de pequenos grupos políticos de vanguarda que se confronta com o Estado. Mas, “é exatamente o estudo dessas ondas de diferente oscilação que permite reconstruir as relações entre estrutura e supraestrutura, por um lado, e, por outro, entre o curso do movimento orgânico e o curso do movimento de conjuntura da estrutura”. [3]

A ampliação do ângulo de visão de Gramsci também passa pela contribuição do historiador francês Edgar Quinet, o qual entendia ser o período da restauração borbônica (1815-1830), um momento de “revolução / restauração”. Note-se que Cuoco falava a partir da Itália meridional, da periferia, por assim dizer, enquanto Quinet fala do epicentro da revolução. Gramsci aproxima essas formulações no esforço de compreensão do *Risorgimento*, propondo que ambas

exprimiriam o fato histórico da ausência de iniciativa popular no desenvolvimento da história italiana, e o fato que o ‘progresso’ se verificaria como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico e desorgânico das massas populares com ‘restaurações’ que acolhem uma parte qualquer das exigências populares, sendo assim, ‘restaurações progressivas’ ou ‘revoluções-restaurações’ ou ainda ‘revoluções passivas’. [4]

Se com Cuoco, Gramsci consegue um instrumental analítico de todo o *Risorgimento*, com a contribuição de Quinet o conceito se amplia e se aprofunda. Cuoco acentua o aspecto da ‘revolução passiva’ como produto do impacto externo e Quinet possibilita que se fale de ‘revolução-restauração’ como uma fase da revolução burguesa entendida como processo de longo prazo. A ‘revolução-restauração’ sofre também os contragolpes da situação internacional, mas se alimenta e é impulsionada por forças sociais internas. Mas se “a fórmula político-histórica da revolução permanente” serve de mediação dialética para a compreensão desse fenômeno histórico, significa também que a revolução passiva pode ser vista como uma fase da revolução permanente. [5]

Por ora, Gramsci entende o conceito de revolução passiva como passível de apreender um fenômeno de “revolução sem revolução” produzida por um impacto externo ou de um fenômeno que demarca uma fase de um processo mais longo de revolução. O *Risorgimento*, na leitura que Gramsci faz a partir dessa elaboração conceitual, é uma revolução passiva, pois que produto de um impacto externo de longo alcance, não só de uma invasão militar, como em Cuoco, mas de uma incidência política e cultural duradoura. É uma revolução passiva também por ter sido uma revolução sem revolução. De qualquer maneira, trata-se ainda da revolução burguesa, ou seja, da época histórica de construção e consolidação do capitalismo e dos Estados nacionais na Europa.

O conceito de revolução passiva está também vinculado ao de jacobinismo. No cárcere Gramsci refaz a sua compreensão de jacobinismo exatamente por conta do estudo da época da revolução burguesa. Pela influência de Sorel, Gramsci percebera o jacobinismo como uma forma de ação política e intelectual destacada das massas, quando não feita às expensas das massas. Agora via nos jacobinos franceses a expressão de uma direção consciente de uma vontade coletiva, que teve em Macchiavelli um brilhante precursor. O jacobinismo, para Gramsci, era então “uma exemplificação de como se tenha formado concretamente e tenha operado uma vontade coletiva, que ao menos por alguns aspectos, foi uma criação ex-novo, original”. [6]

A revolução burguesa na Itália se manifestou como revolução passiva exatamente por não ter se formado uma expressão da vontade coletiva. O impulso para a formação de um Estado nacional não contou com o indispensável substrato popular e nem com um grupo político intelectual em condições de conduzir as massas. Na Itália prevaleceu o moderatismo e a revolução passiva como programa. O transformismo, ou seja, a passagem de inteiros grupos intelectuais para o lado das classes dominantes, reforçando a sua hegemonia, foi o movimento preponderante, tendo-se preservado a subalternidade das massas populares.

Não pode haver muita dúvida do quanto Marx contribuiu no entendimento que Gramsci auferiu da revolução francesa, particularmente com o *Dezoto Brumário de Luiz Bonaparte*. No entanto, as noções de bonapartismo e de cesarismo já se encontravam presentes em Cuoco. Na reflexão de Gramsci, esses conceitos também se imbricam com a categoria de revolução passiva, com em Cuoco. O cesarismo, na avaliação de Gramsci, pode ter um sentido muito amplo, referindo-se a contextos históricos bastante diferentes, incluindo o próprio César ou Cromwell, ou ainda os tempos que corriam, com Mussolini, por ex.

Mas na época da revolução burguesa na Europa continental houve o caso do cesarismo progressivo, com Napoleão Bonaparte e seu intento de criação de um império burguês continental nucleado na França, que visava incluir também a Itália. O caso do cesarismo de Napoleão III também pode ser considerado progressivo porquanto garantiu a unidade das classes dominantes num período em que as novas camadas subalternas apresentavam o seu antagonismo, ainda que aqui “não houve a passagem de um tipo de Estado para outro, mas só a ‘evolução’ dentro do mesmo tipo, segundo uma linha “ininterrupta”. [7]

Em 1870 a época da revolução burguesa se completava. A derrota da Comuna de Paris garantia o poder político da burguesia francesa, mas também se completava a revolução burguesa na Alemanha e na Itália, revoluções passivas que criaram novos Estados nacionais. Diz Gramsci então que o

Conceito político da chamada 'revolução permanente', surgido antes da revolução de 1848, como expressão cientificamente elaborada das experiências jacobinas de 1789 ao Termidor. A fórmula é própria de um período histórico no qual não existiam ainda os grandes partidos de massa e os grandes sindicatos econômicos e a sociedade estava ainda, por assim dizer, em estado de fluidez sob muitos aspectos: maior atraso do campo e monopólio quase completo da eficiência estatal em poucas cidades ou mesmo numa só (Paris para a França), aparelho estatal relativamente pouco desenvolvido e maior autonomia da sociedade civil diante da atividade estatal, determinado sistema das forças militares e do armamento nacional, maior autonomia das economias nacionais, das relações econômicas do mercado mundial, etc. No período posterior a 1870, com a expansão colonial européia, todos esses elementos mudam, as relações de organização internas e internacionais do Estado tornam-se mais complexas e maciças e a fórmula quarentoitesca da 'revolução permanente' é elaborada e superada na ciência política pela fórmula da 'hegemonia civil'. Ocorre na arte da política o mesmo que ocorre na arte militar: a guerra de movimento transforma-se sempre mais em guerra de posição; (...). [\[8\]](#)

3. Revolução passiva e guerra de posição.

Até o momento, o conceito de revolução passiva no universo categorial de Gramsci está acoplado ao de revolução permanente, jacobinismo e guerra de movimento, como modo da ação política na época da revolução burguesa e de formação do Estado nacional. A revolução passiva ocorre nas zonas de impacto e absorção passiva da revolução burguesa ou como fase de desenvolvimento da revolução permanente, quando se perscruta a transposição da própria revolução burguesa. A fórmula da 'hegemonia civil', ao superar a fórmula da revolução permanente, não superaria também a necessidade / possibilidade da revolução passiva nos Estados nacionais burgueses efetivamente constituídos, sendo possível apenas na periferia ou no mundo colonial, assim como a revolução permanente?

A resposta pra essa questão demandou uma ulterior complexidade do raciocínio de Gramsci. A guerra imperialista de 1914 deu início a uma grave crise da hegemonia liberal burguesa. As zonas mais afetadas, porém, foram aquelas de mais recente contaminação capitalista, como a Rússia e a Áustria-Hungria, e aqueles Estados nacionais que haviam se constituído por meio de uma revolução passiva, como era o caso de Alemanha e Itália. A eclosão da revolução socialista internacional na Rússia e sua difusão em direção ao Ocidente geraram um movimento análogo àquele gerado pela revolução francesa: uma guerra de movimento, uma ação política jacobinista, uma revolução permanente.

A revolução socialista internacional iniciada em março de 1917 na Rússia, e que se difundira pela Áustria-Hungria, Alemanha e Itália, em março de 1921 estava já derrotada e isolada na própria Rússia. Por que a revolução socialista foi contida em tão pouco tempo sem ter atingido os Estados de revolução burguesa original (Inglaterra, EUA, França)? Enquanto que na revolução burguesa se espraiara sobre Estados feudal-absolutistas, contando com a força das armas e das idéias para gerar uma revolução passiva, senão uma jacobina, a eclosão da revolução socialista ocorrera precisamente a partir da crise final do Estado feudal-absolutista, tendo que confrontar

consolidada a hegemonia liberal burguesa do núcleo do Ocidente.

Ainda que em crise, a presença material da hegemonia liberal burguesa era a crucial diferença entre os dois grandes eventos revolucionários de época contemporânea. No império russo a guerra de movimento, o jacobinismo, a revolução permanente foram suficientes para derrotar o poder político feudal-absolutista e a débil burguesia, impedindo uma revolução passiva desdobrada da Alemanha, mas não foram capazes de atingir o coração da hegemonia burguesa no Ocidente, difundindo a revolução socialista. Gramsci apontava essa diferença de modo sintético:

No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente entre Estado e sociedade civil havia uma relação justa e no estremecimento do Estado se percebia de imediato uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era só uma trincheira avançada, atrás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e de casamatas; (...). [\[9\]](#)

Apesar dos indicativos de Lênin, a Internacional Comunista, no seu conjunto permaneceu atrelada a uma concepção jacobinista de permanência da crise revolucionária, não tendo conseguido desenvolver toda a potencialidade contida na fórmula política da frente única. O próprio Gramsci preservou a visão de permanência da revolução até o momento da prisão, ainda que tenha aprofundado notavelmente a noção de frente única. [\[10\]](#)

A crise capitalista de 1929-1933 foi crucial para Gramsci pensar o significado histórico do primeiro pós-guerra e da particularização da revolução russa. De modo implícito, nas suas reflexões carcerárias, Gramsci observa o equívoco do movimento comunista na postura que prevalecia de enfrentamento direto com a burguesia e seus aliados, decorrente da fé de que a crise econômico-social havia já condenado o capitalismo. Gramsci observa que a luta política havia de ser travada como 'guerra de posição', ao menos nos Estados imperialistas, "onde a sociedade civil tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às 'irrupções' catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); (...)". [\[11\]](#)

Já que a 'guerra de movimento' não conseguiu desbaratar o bloco histórico, tendo sido barrado por suas 'casamatas', a 'guerra de posição' é inevitável. Nessas condições as classes dirigentes percebem a necessidade da ofensiva contra os trabalhadores, por meio da estatização de parte dos aparelhos privados de hegemonia, ampliação e fortalecimento do aparelho coercitivo e reordenação do processo produtivo. Isso significa "uma inaudita concentração de hegemonia e, portanto, uma forma de governo mais 'intervencionista', que mais abertamente assumia a ofensiva contra os opositores e organize permanentemente a 'impossibilidade' de desagregação interna: controles de todo tipo, políticos, administrativos, etc...". [\[12\]](#)

De tal modo, pode-se dizer que houve uma crise de hegemonia por toda a parte em decorrência da guerra, que fez uso de elementos de ditadura. Gramsci sugere já os motivos que determinaram o que logo depois identificaria como sendo uma nova revolução passiva, mesmo considerando ainda ser esse um fenômeno específico desdobrado da revolução francesa:

1) porque grandes massas, precedentemente passivas, entraram em movimento, mas em movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem precisa vontade

política coletiva; 2) porque classes médias que na guerra haviam tido funções de comando e de responsabilidade, as perderam com a paz, ficando desocupadas, justo depois de ter feito um aprendizado de comando, etc; 3) porque as forças antagonistas resultaram incapazes de organizar em seu proveito essa desordem de fato. [\[13\]](#)

Gramsci pensava já em acoplar a crítica ao historicismo de Benedetto Croce com o conceito de revolução passiva fazendo uma analogia entre o liberalismo moderado do século XIX com o fascismo. Assim,

a revolução passiva se verificaria no fato de transformar a economia 'reformisticamente' de individualista para economia segundo um plano (economia dirigida) e o advento de uma 'economia média' entre aquela individualista pura e aquela segundo um plano integral, permitiria a passagem a formas políticas e culturais mais progredidas sem cataclismos radicais e destrutivos de forma arrasadora. [\[14\]](#)

Esse parágrafo foi depois recomposto com mais detalhe, promovendo de fato uma ampliação do conceito de revolução passiva, mas já no sumário do estudo que pretendia desenvolver sobre a obra de Croce, Gramsci perguntava: "há um significado 'atual' na concepção da revolução passiva? Estamos em um período de 'restauração-revolução' a ser acertado permanentemente, organizado ideologicamente, exaltado liricamente? A Itália teria diante da URSS a mesma relação que a Alemanha (e a Europa) de Kant-Hegel com a França de Robespierre-Napoleão?" [\[15\]](#)

A interrogação sobre se a Itália, diante da revolução socialista reagiria com uma revolução passiva é a chave para que Gramsci interprete que toda a obra historiográfica de Croce correspondia a uma visão ideológica positiva da revolução passiva do século XIX, de maneira que "se põe então o problema se essa elaboração croceana, na sua tendenciosidade não tenha uma referência atual e imediata, não tenha o fim de criar um movimento ideológico correspondente àquele do tempo tratado por Croce, de restauração-revolução, (...)". Logo depois, para corroborar essa leitura, se pergunta: "Mas nas condições atuais o movimento correspondente àquele do liberalismo moderado e conservador não seria mais precisamente o movimento fascista?" [\[16\]](#)

Na hipótese, a perspectiva ideológica croceana se colocaria da seguinte maneira:

haveria uma revolução passiva no fato que pela intervenção legislativa do Estado e através da organização corporativa, na estrutura econômica do país seriam introduzidas modificações mais ou menos profundas para acentuar o elemento 'plano de produção', seria acentuado assim a socialização e a cooperação da produção sem por isso tocar (ou limitando-se só a regular e controlar) a apropriação individual e de grupo do lucro. No quadro concreto das relações sociais italianas essa poderia ser a única solução para desenvolver as forças produtivas da indústria sob a direção das classes dirigentes tradicionais em concorrência com as mais avançadas formações industriais de países que monopolizam as matérias primas e acumularam capitais imponentes. [\[17\]](#)

De maneira concreta, importando menos a eficácia desse desenho, interessa que esse esquema "tem a virtude de se prestar a criar um período de expectativa e de

esperanças, especialmente em certos grupos sociais italianos, como a grande massa de pequeno-burgueses urbanos e rurais, e assim manter o sistema hegemônico e as forças de coerção militar e civil a disposição das classes dirigentes tradicionais". [18]

Essa ideologia croceana teria então o valor de uma guerra de posição no campo econômico e de uma revolução passiva no campo político. De fato, "na época atual, a guerra de movimento ocorreu politicamente entre março de 1917 e março de 1921 e é seguida por uma guerra de posição cujo representante, além de prático (para a Itália), ideológico, para a Europa, é o fascismo". [19]

Ocorre então que o fascismo é uma revolução passiva, enquanto significa a reação das classes dirigentes tradicionais da Itália ao impacto da revolução socialista internacional e à pressão das classes subalternas nacionais. A revolução passiva é expressão de uma guerra de posição conduzida pela classe dominante contra as classes subalternas e por um posicionamento mais favorável no contexto internacional. Incapaz de ser vitoriosa na guerra de movimento, a classe operária é obrigada a travar a guerra de posição. Bloqueada a revolução permanente, a revolução se transforma em revolução-restauração das classes dominantes, em revolução passiva.

Mas Gramsci se questiona: "existe uma identidade absoluta entre guerra de posição e revolução passiva? Ou ao menos existe ou se pode conceber todo um período histórico no qual os dois conceitos se devem identificar, até o ponto no qual a guerra de posição volta a ser guerra manobrada? É um juízo 'dinâmico' que ocorre dar sobre as 'Restaurações', que seriam uma 'astúcia da providência' em sentido vichiano". [20]

Nessa pergunta está implícito o problema que Gramsci se propõe a pensar: qual seria o papel histórico do fascismo no processo de longo prazo da revolução socialista e como deveriam atuar as forças antagônicas para atenuar os elementos de 'restauração'. Como se deveria atuar na guerra de posição a fim de que a guerra de movimento se reativasse? Como na luta antifascista os elementos anticapitalistas viriam a prevalecer? Gramsci usa o exemplo, mais uma vez, da luta política no *Risorgimento* para avaliar a dinâmica da revolução passiva.

Se Mazzini tivesse tido uma consciência maior de que na revolução passiva em andamento, produto da debilidade das forças antagônicas ou jacobinas, a guerra de posição deveria ser inevitavelmente travada com o fim de se ganhar os espaços capazes de reverter as condições de luta para uma nova guerra de movimento, a derrota teria sido evitável. Ou seja, a guerra de posição é uma imposição das classes dirigentes na sua ofensiva contra as forças antagônicas, as quais, por sua vez, devem lutar nesse campo para minorar os efeitos da derrota, até que se acumule força suficiente para reverter a luta em guerra de movimento e revolução permanente, em revolução contra a restauração. A crítica a Mazzini era a mesma desferida contra Trotski (e contra a linha da Internacional Comunista de 1929 a 1934), qual seja a de não haver percebido que em época de revolução passiva a luta em guerra de movimento, em ataque frontal, implica derrota e aprofundamento do elemento restauração. [21]

4. A URSS e a revolução passiva.

A revolução socialista na Rússia evitou a revolução sem revolução produto possível de um impacto externo advindo da revolução passiva ocorrida na Alemanha. Quase que como uma onda mais fraca e tardia do revolvimento histórico iniciado com a

revolução jacobina. Mas ao não conseguir difundir a revolução socialista, a eclosão revolucionária iniciada no Oriente-russo não pode conter a revolução-restauração por meio da conflitualidade das forças sociais internas. Logo, assim como a revolução francesa de longo prazo passou por fases de revolução-restauração, de revolução passiva, não seria o caso de se interrogar se também a experiência da URSS, fosse da NEP, fosse da ditadura staliniana, não constituiria uma variante de revolução passiva? A NEP foi a reação possível da URSS diante do esgotamento da guerra manobrada. A derrota da revolução socialista internacional impôs à Rússia revolucionária a condição de combater a guerra de posição. Essa era, porém, uma situação bastante clara, pelo menos para Lênin. A revolução passiva que passava a vigorar na Rússia restaurava conscientemente diversos aspectos do capitalismo, mas fazia predominar ainda o programa da revolução socialista. A NEP deveria durar como uma revolução passiva em que os elementos progressivos eram francamente predominantes até que a revolução socialista internacional se reativasse e pudesse ganhar novamente a forma de guerra de movimento e de revolução permanente. A frente única seria a fórmula política que possibilitaria o êxito nessa guerra de posição.

Pouco antes de ser preso, em carta enviada a Togliatti para que fosse apresentada como posição do PCI frente o acirrado debate interno que corroía a direção do Partido e do Estado soviético, Gramsci chamava atenção para a perda de consciência que ali ocorria da guerra de posição em ato: “parece-nos que a paixão violenta pelas questões russas vos faz perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas e esquecer que os vossos deveres de militantes russos, podem e devem ser cumpridos só no quadro dos interesses do proletariado internacional”. [\[22\]](#)

Além da dissociação entre a questão nacional e internacional, Gramsci lembrava que a oposição de Trotski e Zinoviev incorria em grave erro ‘corporativo’ ao defenderem interesses particularistas da classe operária, a qual, pelo contrário, deveria fazer concessões aos aliados porquanto classe dirigente que visa a emancipação humana. Para Gramsci, “o proletariado não pode vir a ser classe dominante se não supera essa contradição com o sacrifício dos interesses corporativos, não pode manter sua hegemonia e ditadura se, mesmo tendo ficado dominante, não sacrifica esses interesses imediatos pelos interesses gerais e permanentes da classe”. [\[23\]](#)

O esgotamento da NEP como guerra de posição e revolução passiva consciente (isto é, como manobra defensiva) implicou a passagem novamente à guerra de movimento no interior da URSS e no movimento comunista internacional, trazendo graves e negativas implicações. Houve a ruptura da frente única manifesta como aliança operário-camponesa, seguida de uma nova forma de revolução passiva, menos consciente porquanto ideologicamente acreditava estar efetivamente construindo um socialismo integral e estar a classe operária e o movimento comunista às vésperas de uma fase ofensiva frontal, decorrente de uma provável guerra imperialista. A revolução passiva que então se desenrolou teve aspectos de restauração do absolutismo feudal, como o poder autocrático e o trabalho forçado. Na dimensão internacional a fase ofensiva teve como resultado o fortalecimento do fascismo. Indispensável dizer que essa revolução passiva também foi capaz de cumprir a missão de promover a industrialização da Rússia, ao modo de uma revolução burguesa sem burguesia.

Gramsci deu sinais de discordância em relação à nova orientação da IC definida no X Pleno do CEIC, realizado em julho de 1929, mas também mostrou que o planejamento econômico-social posto em prática na URSS era uma medida necessária

e a ser louvada. Na verdade, numa observação de caráter geral, que muito bem é cabível à situação soviética, Gramsci diz:

Se for verdade que nenhum tipo de Estado não pode deixar de atravessar uma fase de primitivismo econômico-corporativo, se deduz que o conteúdo da hegemonia política do novo grupo social que fundou o novo tipo de Estado deve ser em prevalência de ordem econômica: trata-se de reorganizar a estrutura e as relações reais entre os homens e o mundo econômico ou da produção. Os elementos de supraestrutura não podem mais que ser escassos e o seu caráter será de previsão e de luta, mas com elementos 'de plano' ainda escassos: o plano cultural será sobretudo negativo, de crítica do passado, tenderá a fazer esquecer e a destruir: as linhas da construção serão ainda 'grandes linhas', esboços, que poderiam (e deveriam) serem mudadas a cada momento, desde que sejam coerentes com a nova estrutura em formação. [24]

Ainda nas condições da revolução russa, de uma revolução permanente, Gramsci dizia que "Nessa realidade que está em contínuo movimento, não se pode criar um direito constitucional, do tipo tradicional, mas só um sistema de princípios que afirmam como fim do Estado o seu próprio fim, o seu desaparecimento, que é a reabsorção da sociedade política na sociedade civil". [25]

Numa fase de primitivismo econômico-corporativo a URSS não poderia mais que enfrentar uma guerra de posição e proceder a uma revolução passiva com formas bastante progredidas, como um momento relativamente duradouro da revolução permanente, mas não poderia passar à guerra de movimento com a crise capitalista de 1929. Na verdade, a crise de 1929 e a guerra de movimento desencadeada pelos comunistas facilitaram a difusão e aprofundamento da revolução passiva surgida na Itália como reação à guerra de movimento e revolução permanente desencadeada entre 1917 e 1921. O fascismo se espalhou para a Alemanha e ganhou um perfil internacional muito mais forte, muito mais visível. O corporativismo, expressão econômico-jurídica do fascismo se difundiu como inspiração pela Europa oriental, balcânica e mediterrânea.

O impacto da revolução russa abalou o poder dominante na Itália e na Alemanha, provocando revoluções passivas em Estados de capitalismo consolidado. Provocou também revoluções passivas em Estados de capitalismo embrionário, em processo de revolução burguesa, mas pouco afetou a França e a Inglaterra. Por que?

Itália e Alemanha haviam se formado como Estados nacionais capitalistas por meio de uma revolução passiva que se desdobrava da revolução francesa. Eram significativas as sobrevivências do poder da nobreza e da Igreja, como era débil a hegemonia burguesa. Eram, na verdade, eles fracos da cadeia imperialista. O fascismo tentou conciliar, com o corporativismo estatal, aspectos de plano do socialismo e novo processo de trabalho concebido na América, de modo que há aspectos de avanço nessa revolução passiva, ainda que a face restauradora seja predominante largamente.

Ainda que a Inglaterra e a França tenham sofrido com a guerra e sofrido algum impacto da revolução russa, difícil dizer que a partir daí se reagiu com uma revolução passiva. Gramsci observa que na França "a hegemonia burguesa é muito forte e tem muitas reservas. Os intelectuais estão muito concentrados, (...)". Mais ainda: "a burocracia militar e civil tem uma grande tradição e alcançou um alto grau de homogeneidade ativa". Assim, por meio do nacionalismo exacerbado, "a guerra não

debilitou, mas reforçou a hegemonia; não se teve tempo de pensar: o Estado entrou em guerra e quase de imediato o território foi invadido". [\[26\]](#)

5. O americanismo como revolução passiva.

O fato de serem Estados de revolução burguesa originária, com sólida hegemonia, tornava difícil que a revolução socialista, surgida em um país tão atrasado quanto a Rússia, provocasse uma revolução passiva nesses países, como mais difícil ainda havia sido a eclosão de uma revolução socialista ativada pela autonomia operária. A revolução passiva nesses países viria por outro movimento, por outro deslocamento na cena mundial, que vinha fermentando na América.

Já em 1923, no seu escrito *Europa e América*, Trotski havia se dado conta de que a tendência era a América se sobrepor à Europa (e à própria URSS) caso a revolução socialista não recobrasse fôlego em prazo relativamente curto. O meio de difusão do americanismo na Europa seria, sempre segundo Trotski, a social-democracia, pois que seria essa força social e política a incorporar o fordismo e a educar os trabalhadores para a retomada da acumulação capitalista. [\[27\]](#)

Certamente Gramsci havia lido e meditado sobre esse texto de Trotski, tanto que na sua obra carcerária retoma alguns argumentos escritos uma década antes pelo autor russo. Desde suas primeiras tentativas de estabelecer um plano de estudos para o tempo de prisão, Gramsci tinha em mente a importância e a necessidade de se dedicar ao esclarecimento do significado do americanismo para a história universal. A discussão sobre esse tema aparece no Primeiro caderno, mas depois se dilui bastante. Há uma fundamental retomada no caderno 22, no qual Gramsci pensa a multiplicidade da revolução passiva, isto é, de como se passava a viver uma época de revoluções passivas que concorriam e se alimentavam entre si.

Na verdade, se passava a uma nova ampliação e redefinição do conceito de revolução passiva. A questão principal sobre a qual Gramsci se interrogava, consciente das implicações políticas de uma resposta ao problema, era "se o americanismo possa constituir uma 'época' histórica, se pode determinar um desenrolar gradual do tipo, examinado em outro lugar, das 'revoluções passivas' próprias do século passado ou se, em vez represente só um acumular-se molecular de elementos destinados a produzir uma 'explosão', ou seja, um revolvimento de tipo francês". [\[28\]](#)

Gramsci entende que o americanismo e o fordismo, assim como o fascismo, por conta da crise do liberalismo e da pressão do movimento operário, "resultam de necessidade imanente de alcançar a organização de uma economia programática e que os vários problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática". [\[29\]](#) Os problemas e as dificuldades presentes na sociedade civil e no Estado para que se chegue ao socialismo como economia inteiramente programática, determina uma revolução passiva, que no seu aspecto progressivo poderia ser iniciativa de uma ou outra classe. Na URSS era iniciativa da classe operária posta em circunstâncias de grande dificuldade, mas na América a iniciativa era de uma fração inovadora da burguesia.

Como regra geral, o que Gramsci havia já anotado a respeito do *Risorgimento*, "as forças subalternas, que deveriam ser 'manipuladas' e racionalizadas segundo os novos

fins, resistem necessariamente. Mas resistem também alguns setores das forças dominantes, ou ao menos aliadas das forças dominantes”. [30] No seio da classe dominante haveria a “substituição da atual camada plutocrática por um novo mecanismo de acumulação e distribuição do capital financeiro fundado imediatamente na produção industrial”. [31] Em quanto que, por outro lado,

foi relativamente fácil racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) e conseguindo basear toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade de mais que uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. [32]

Gramsci expunha que “na América a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme o novo tipo de trabalho e de processo produtivo: essa elaboração até agora está só na fase inicial e por isso (aparentemente) idílica”. [33] O americanismo era um esforço consciente, uma iniciativa que tinha uma finalidade clara que explica a religiosidade, a moral, a luta contra o alcoolismo, etc. Objetivamente, na análise de Gramsci, o resgate do puritanismo constituía um elemento do “maior esforço coletivo verificado até agora para criar com rapidez inaudita e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem”. A implicação dessa obra é que “ocorrerá inelutavelmente uma seleção forçada, uma parte da velha classe trabalhadora sairá sem piedade do trabalho e talvez do mundo tout court”. [34]

Seria então o americanismo uma variante de revolução passiva? Verificando certo resgate ideológico do passado puritano como identidade da América, a reordenação das classes dominantes e concessão a algumas demandas das classes subalternas (em termos de salários e direitos) em processo de recriação, a resposta pode ser positiva. O americanismo-fordismo seria uma revolução-restauração. Mas as revoluções passivas eram também respostas, uma reação, sob forma de guerra de posição, frente um contexto internacional efetivamente revolucionário. Qual é o impacto externo que suscita o americanismo-fordismo? Gramsci não aborda esse problema, mas um conjunto de fenômenos pode ser considerado como cumprindo o papel da revolução francesa no século XIX: a migração em massa de trabalhadores brancos pobres em direção a América a partir de fins do século XIX, a guerra imperialista e a revolução russa. Esses fenômenos podem ter dado impulso ao americanismo-fordismo, mas o fato é que as forças sócias internas forma o elemento decisivo nesse processo.

Quanto a América, “se trata de um prolongamento orgânico e de uma intensificação da civilização européia, que assumiu só uma epiderme nova no clima americano”. [35] A diferença fundamental é que a América não contava com um passado feudal e com camadas sociais resistentes, o que explica a sua capacidade de inovação. Ao fim, sem uma resposta cabal a questão proposta sobre o significado do americanismo, os indícios mais fortes são de que Gramsci entendeu esse fenômeno histórico como uma variante de revolução passiva, na qual a classe operária teria sido destroçada e estaria sendo recomposta pela ação do capital, segundo seus ditames específicos, tendo em vista reverter a queda tendencial da taxa de acumulação. Uma revolução passiva essa

de forte capacidade inovadora e expansiva, capaz de grandes avanços na guerra de posição e de consolidação hegemônica.

Se a URSS era uma experiência de revolução passiva continuada e o americanismo também, o conceito originado na leitura que Cuoco fez da revolução napolitana de fins do século XVIII sofrera uma enorme ampliação, tendo passado pela interpretação do *Risorgimento* e do fascismo. Nos fatos, a guerra imperialista e a contenção da revolução socialista internacional como guerra de movimento e revolução permanente desencadeou uma guerra de posição e uma série de revoluções passivas que competiam política e ideologicamente no cenário internacional.

Nos anos 20, como já foi recordado, seguindo Trotski, Gramsci enunciou a hipótese de que o americanismo deveria se sobrepor a Europa, contando então com o apoio subserviente do reformismo social-democrata. Gramsci e os comunistas italianos trabalhavam com a possibilidade do poder do capital se preservar na Itália (e Europa) alternando o reformismo e o fascismo, sem que nenhuma dessas variáveis fosse capaz de romper os laços com o capital financeiro inglês e com a crescente imposição da América. Somente a retomada da revolução socialista poderia mudar essa situação.

A reflexão de Gramsci no cárcere tem uma óbvia continuidade com essa problemática teórico-política e uma comparação entre o fascismo e o americanismo se fazia mister. Que a tendência era ao predomínio do americanismo era já algo dado desde dez anos antes, pelo menos. Agora

O problema é esse: se a América, com o peso implacável da sua produção econômica (isto é, indiretamente) constringirá ou está constringindo a Europa a um revolvimento do seu eixo econômico-social demasiado antiquado, que ocorreria do mesmo modo, mas com ritmo lento e que imediatamente se apresenta em vez como um contragolpe de 'prepotência' americana, se, quer dizer, está se verificando uma transformação das bases materiais da civilização europeia, o que em longo prazo (e não muito longo, porque no período atual tudo é mais rápido que nos períodos passados) levará a um atropelamento da forma da civilização existente e ao forçoso nascimento de uma nova civilização. [\[36\]](#)

Ocorre então o processo no qual uma revolução passiva constituída pelo americanismo fordista impacta decisivamente a Europa, continente onde estavam em andamento outras variantes de revolução passiva, seja o fascismo, seja o socialismo de Estado. Esse impacto poderia subordinar a Europa, mas também geraria as novas condições para a retomada da revolução socialista e do movimento de criação da "nova civilização".

Avançando o raciocínio, Gramsci indica que uma transformação nas bases materiais das economias europeias poderia bem ser induzida pelo fordismo e pelo taylorismo, mas o americanismo propriamente dito demanda a existência de um Estado liberal e de um adequado grupo intelectual (que inexistiam na Itália fascista):

a americanização requer um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a vontade decidida de criá-la) e um certo tipo de Estado. Esse Estado é o Estado liberal, não no sentido de liberismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico que chega com meios próprios, como "sociedade civil", pelo próprio desenvolvimento histórico, ao regime de concentração industrial e de monopólio. [\[37\]](#)

Assim, a americanização da Europa, na vista de Gramsci, encontraria dificuldades, mas, de todo modo, seja na América ou na Europa, “não é dos grupos sociais ‘condenados’ pela nova ordem que se pode esperar a reconstrução, mas daqueles que estão criando, por imposição e com o próprio sofrimento, as bases materiais dessa nova ordem: esses ‘devem’ encontrar o sistema de vida ‘original’ e não de marca americana, para fazer vir a ser ‘liberdade’ o que hoje é ‘necessidade’.” [\[38\]](#)

Percebe-se então nitidamente que, para Gramsci, portadora do futuro eram os novos grupos sociais subalternos que estavam sendo forjados pela ação vitoriosa do capital no ciclo de revoluções passivas que se seguiu à derrota da revolução socialista de 1917-1921. Aquela classe operária, profissionalmente qualificada e organizada em base fabril e territorial, fora derrotada na Itália e na América, na Alemanha e até mesmo, de certo modo, na Rússia. A nova classe operária (fordista) por ora não passava de um grupo social subalterno que vinha sendo formatado pela ação do capital. Para vir a ser classe operária propriamente dita, ou seja, construtora de um novo Estado e de uma nova civilização, muita coisa ainda deveria ser feita até que o momento da postulação da hegemonia parecesse possível.

6. A época das revoluções passivas de caráter nacional.

Nas suas notas escritas no cárcere, Gramsci percebeu então com clareza que depois da derrota da revolução socialista internacional e do movimento político da classe operária, mais em geral, tivera início uma época de revoluções passivas e de guerra de posição. A derrota da classe operária na Europa e na América, assim como nas periferias do imperialismo, deixou a Rússia soviética isolada e constringida no atraso material e cultural. Nesse cenário a luta de classes refluíu para os contornos nacionais, mais adequados ao desenvolvimento de revoluções passivas, que concorriam entre si pela hegemonia no contexto internacional.

A primeira forma de revolução passiva afetou aqueles Estados que no seu processo de revolução burguesa haviam já passado por uma revolução passiva em torno dos anos 60 do século anterior e que agora se mostravam como elos débeis da cadeia imperialista: a Itália, a Alemanha e o Japão. O impacto da revolução socialista na Rússia e a debilidade relativa da hegemonia burguesa -- sob pressão das classes subalternas -- obrigaram esses Estados ao desencadeamento de uma revolução passiva. A afirmação do Estado-nação e da construção do consenso social a todo custo norteou essa forma de revolução passiva. Além das instâncias policiais, de propaganda e de mobilização militarista para a guerra e para o trabalho, o elemento distintivo dessa forma é a imposição (com sucesso muito variado) do corporativismo, como meio de estatizar a sociedade civil. Essa forma de revolução passiva foi derrotada militarmente, tendo sido então desmantelada e recomposta sob outra forma, em certa medida, imposta pelo vencedor.

O corporativismo, independente de sua veste fascista, serviu como inspiração em vastas zonas da periferia do imperialismo, nas quais as contradições internas tornaram possível a utilização das contradições presentes no centro imperialista para o desencadeamento de revoluções burguesas sob a forma de revoluções passivas. Foi o caso dos extremos da Europa, tanto a Leste, com Hungria, Polônia, Iugoslávia, até a Turquia, quanto a Oeste, com Portugal e Espanha. Mas foi também o caso do Brasil, da Argentina, do México. Em parte desses casos, a contribuição do corporativismo de

inspiração católica foi importante, assim como o peso intelectual da própria instituição clerical, acentuando o aspecto restauração na revolução passiva.

Na Europa oriental essa experiência de revolução passiva também foi atropelada pela guerra e desmantelada, sendo então substituída pela variante do socialismo de Estado, depois do curto interregno da "democracia popular". Na Espanha e Portugal, porém, esse regime sobreviveu até os anos 70, enquanto na América Latina sobreviveu à custa de um conveniente hibridismo com formas liberais. Ai o liberalismo servia bem às classes dominantes, enquanto a classe operária era monitorada pelo corporativismo estatal (e ainda é).

A derrota de revolução socialista obrigou a Rússia a se redefinir como Estado (pluri) nacional e a travar uma demorada guerra de posição numa época de revoluções passivas. O caminho possível era inapelavelmente aquele do que Lênin identificava como sendo de um capitalismo monopolista de Estado, sob condução do partido operário. Certamente, como já foi lembrado, era uma revolução passiva na medida em que restaurava parcialmente o capitalismo, mas uma profunda revolução enquanto buscava a realização da transição socialista. Sua característica era a busca do consenso na base social do Estado, a autonomia relativa da sociedade civil com o implícito reconhecimento das contradições e conflitos entre as instâncias sociais organizadas e o Estado.

As contradições emersas no desenvolvimento do capitalismo monopolista de Estado na URSS -- agravadas pelo isolamento e por erros na condução política -- acopladas à crise global do capitalismo, que espocou em 1929, induziu o redirecionamento da revolução passiva naquele País. A completa estatização da sociedade civil acabou com a autonomia relativa existente e que era fundamental para a transição socialista na medida em que expunha e possibilitava as contradições entre classe e Estado, rompendo o cambaleante consenso social. A nova revolução passiva eliminou a burguesia agrária e o pequeno campesinato comunal, restaurando condições próprias da servidão feudal, concentrando força de trabalho em preparação da mecanização, a fim de produzir excedente a ser usado na industrialização.

Ao mesmo tempo em que se realizava a industrialização e se criava uma nova classe operária, em novo patamar, se restaurava o Estado absolutista e a servidão feudal. A ausência de propriedade privada e a ação distributiva do Estado garantiam o caráter socialista do Estado, mas um Estado de caráter absolutista, de acordo com a particularidade histórica do Oriente-russo. A vitória militar contra o fascismo possibilitou que essa variante de revolução passiva, que pode ser denominada de socialismo de Estado, se difundisse pela Europa oriental em fins dos anos 40. Certo que Gramsci não poderia aprofundar análise dessa variante de revolução passiva, mas seus escritos permitem ousar uma interpretação como essa.

A rigor - como pode ser constatado -- revolução passiva foi uma categoria formulada para contribuir na explicação de processos particulares da história italiana, fosse o *Risorgimento*, fosse o fascismo. Essa categoria foi se ampliando de tal modo que Gramsci se permitiu utilizá-la na explicação do americanismo-fordismo, mas quase ao modo de uma analogia. Talvez nem tanto com a revolução passiva pensada por Cuoco, mas muito mais com a revolução-restauração concebida por Quinet. Mas o fato é que o americanismo se mostrou como sendo a variante mais sólida de revolução passiva do século XX. Sua força era por demais evidente já nos anos 20-30, mas tornou-se irresistível depois de ter-se tornado a condutora da reordenação do mundo capitalista após a débâcle do fascismo.

O americanismo se sobrepôs ao fascismo e aos corporativismos sobreviventes,

reordenando economias e Estados, difundindo e induzindo revoluções passivas. O fordismo e o taylorismo passaram a ser o padrão organizacional e base da hegemonia burguesa no processo de acumulação capitalista. Enfim, a previsão de Trotski nos anos 20, reafirmada por Gramsci uma década depois, de que a América se sobreporia a Europa por meio do consenso construído pela social-democracia (e pela democracia-cristã), parecia se realizar. A França e a Inglaterra tiveram que aceitar a nova condução do núcleo original do capitalismo, onde a hegemonia era mais sólida, mas para a Alemanha Federal e para a Itália (assim como ao Japão) só restou aceitar a indução de uma nova revolução passiva.

A competição entre o americanismo e seu largo espectro de aliados com a variante de revolução passiva manifesta no socialismo de Estado se caracterizou ainda pela valorização do Estado-nação, pela busca de estabilidade e de mudanças controladas, de consenso e segurança internacional, de equilíbrio e contenção. Particularmente na Europa, o avanço dos direitos e da assistência social forma marcantes, assim como o fortalecimento da representação política por meio dos partidos. A difusão do americanismo como poder imperial também contribuiu para dismantelar os arcaicos impérios coloniais europeus e para a formação de Estados nacionais miméticos, no mais das vezes submissos a nova força econômica e militar que se impunha. A estabilidade dessa vasta zona periférica era garantida pela imposição de ditaduras militares ou por simulacros de democracia.

No entanto, o cenário de competição entre revoluções passivas de matizes variados abriu brechas na periferia do imperialismo em conflito, as quais possibilitaram a efetivação de revoluções nacionais dotadas de projeto de transição socialista. Foram os casos marcantes da Iugoslávia, da China, do Vietnã e de Cuba, além de algumas outras que logo recuaram.

Em meados dos anos 70, contudo, era já evidente que todas essas variantes de revolução passiva enfrentavam o esgotamento. Terminava a era de revoluções passivas que Gramsci percebera ter-se iniciado em 1921. Uma persistente crise fiscal e financeira, nos EUA, serviu de pano de fundo para crônica crise política alimentada por forte contestação sócio-cultural, advinda de diversos grupos sociais que se mostraram incapazes de se unificarem. A crise energética e a derrota militar na guerra da Indochina indicaram um sério enfraquecimento da potência imperial condutora do Ocidente imperialista.

A contrapartida foi o relativo fortalecimento da Alemanha Federal e do Japão, que muito bem haviam assimilado a revolução passiva, induzida pelo americanismo por meio de investimentos massivos. A crise de realização do capital e a crise fiscal do Estado, também nesses países, impediram que assumissem um papel dirigente na cadeia imperial, pois a fratura no consenso social e a ampliação dos espaços políticos e culturais do movimento operário passaram a tornar possível o aumento da pressão sobre o capital. Principalmente na Europa ocidental, a classe operária fordista alcançara um grau de organização e combatividade tal a colocar em cheque a acumulação capitalista, tendo conquistado espaços importantes na guerra de posição, ainda que não configurasse uma alternativa social antagônica e internacional, fundada no conjunto das classes subalternas. Foi no Brasil e na Polônia, na virada dos anos 70, que a classe operária fordista fez a sua última irrupção como força política organizada, ainda que sempre retida dentro dos contornos do corporativismo sindical.

Com forma e intensidade muito diferentes, as instituições de EUA, Inglaterra, França Itália, Alemanha e Japão foram afetadas pela crise política, tendo enfrentado a situação fazendo amplo uso de serviços secretos e métodos extralegais

indicativos de uma crise de hegemonia das classes dirigentes. Como reação, essas passaram a buscar um novo realinhamento, agrupando-se em torno de seus setores sociais mais conservadores, fazendo uso de métodos do fascismo e da ideologia do neoliberalismo como elemento aglutinador.

O crescimento econômico-político de alguns Estados nacionais subalternos, como Brasil e Índia, e a emergência da perspectiva antiimperialista e socialista revolucionária agravou a instabilidade tanto temida no conjunto das relações internacionais e obrigou uma geral reestruturação do império do Ocidente. Esta esteve baseada, não só no realinhamento sócio-político, mas numa renegociação entre seus pólos de poder econômico-político, passo necessário para uma agenda mínima tendo em vista a ofensiva vitoriosa contra o Oriente socialista e contra o mundo do trabalho organizado, condição para a geral reordenação da hegemonia do capital.

De início, o Japão foi o principal beneficiário relativo, por contar com uma classe operária com baixíssimo grau de antagonismo, vítima precoce de formas pós-fordistas de gerenciamento do trabalho, e por não estar diretamente envolvido com a questão da defesa militar da ordem imperial. A Alemanha, também aliviada desse encargo, contava, porém, com um movimento operário de tradição social-democrata, ciente dos direitos conquistados, enquanto que os EUA, embora não tendo que enfrentar um movimento operário nacionalmente articulado, sobrecarregado com a tarefa auto-imposta de defesa do império viu agravar-se a crise fiscal, além de ter que enfrentar uma crise política persistente derivada da contestação interna a guerra colonial na Indochina.

Em meados dos anos 70 a crise de hegemonia da camada dirigente do socialismo de Estado era irreversível e, portanto, muito mais grave que aquela das classes dirigentes do imperialismo capitalista. Iniciada pela periferia, onde era mais frágil e mais recente, a crise manifestou-se com o surgimento de uma sociedade civil autônoma respaldada pela economia mercantil e por instituições sociais tradicionais, com destaque para a Igreja católica, principalmente no caso polonês. A economia socialista estatal, incapaz de incorporar produtividade ao trabalho social, passou a investir mais que nunca na tecnologia militar de ponta, realçando a militarização do império e sua expansão, manifesta na África e no Afeganistão. Ao mesmo tempo se reativavam os campos de trabalho servil, lotados com "loucos", "bêbados" e "dissidentes", a fim de tentar suprir a carência de valores de uso.

7. A mundialização como revolução passiva de caráter internacional?

O esgotamento da era das revoluções passivas que se iniciou em seguida a derrota da revolução socialista internacional de 1917-1921 poderia ser sucedido pela retomada da revolução socialista num patamar muito superior, oferecido pelo próprio desenvolvimento capitalista e pelas revoluções passivas que se exauriam, ou então dar início a uma nova onda de revoluções passivas. Os intentos de retomada do projeto revolucionário socialista mostraram-se insuficientes em todos os quadrantes do globo, ainda que entre 1968 e 1975 tenham parecido exequíveis e tenham efetivamente exercido pressão sobre o poder do capital. O problema que se põe então é o de saber se o conceito de revolução passiva, desenvolvido por Gramsci, é pertinente para a identificação dessa nova fase da acumulação do capital e da política internacional, e isso em dois diferentes sentidos: se o uso do conceito, ele mesmo, é pertinente na análise dessa realidade, do ponto de vista do seu significado, e se os elementos que compõem essa fase delineiam efetivamente uma revolução passiva.

Para o capital em crise as opções estratégicas que se colocavam na segunda metade dos anos 70 era o reconhecimento de um mundo multipolar (que englobasse potências emergentes), uma ordenação paritaria em torno da tríade (EUA, Alemanha, Japão), ou uma retomada da tendência imperial e unipolar. A escolha de uma ou outra dessas possibilidades não era isenta de implicações. A possibilidade de uma reordenação multipolar das relações entre os Estados se viu inviabilizada pelos riscos que trazia de ampliação dos espaços democráticos não só nas relações entre os Estados, mas também, e principalmente dentro dos Estados, potencializando a pressão operária, já próxima do limite tolerável. A opção intermediária, de um condomínio de apenas algumas potências imperiais implicaria a ênfase na regionalização, mas as dificuldades que também Japão e Alemanha vieram a encontrar com a tendência a estagnação econômica, fizera mais difícil também essa variante. A opção imperial unipolar trazia a implicação de ser a mais abertamente conservadora e reacionária, pois buscava a reordenação das camadas dominantes em torno de seus grupos mais conservadores e de maior poder econômico, assim como exigia o confronto aberto e a liquidação do socialismo de Estado. Do mesmo modo estava implícita a necessidade de se desencadear uma ação capaz de desintegrar o antagonismo operário. Foi essa, no entanto, aquela que se impôs. [\[39\]](#)

Após alguma oscilação, a possível solução encontrada para contornar as ameaças à acumulação ampliada do capital foi o desencadeamento de uma nova revolução passiva de caráter global, aparentemente facilitada pela estratégia imperial unipolar, que desse uma nova densidade a hegemonia liberal-burguesa e elevasse a acumulação do capital a um novo patamar, alterando sua própria materialidade. A exigência era então o reforço do setor financeiro, alcançado pela exponencial retomada da especulação, a fim de se obter uma grande massa de capital-dinheiro acumulado a ser então parcialmente orientada para a promoção de uma revolução técnico-científica imediatamente aplicável ao processo de produção, tendo por base a automação e a informatização.

O capital financeiro, que já era o principal pólo da acumulação do capital, serve então de matriz geradora de uma massa de conhecimento por meio da garantia do controle e da gestão dos meios de produção da ciência, que tem a matéria prima no saber e na inteligência. Mas o próprio monopólio da informação permite ao capital financeiro radicalizar sua natureza especulativa, transferindo capital-dinheiro de um ponto a outro do globo, promovendo um movimento de valorização alheio ao processo produtivo, acentuando o descolamento da reprodução ampliada da produção da riqueza social.

Sob a veste de capital cognitivo, o capital financeiro investe também na produção implantando um sistema de máquinas eletrônicas flexíveis e inteligentes que passa a substituir o sistema de máquinas rígidas e repetitivas da produção de massa, atenuando assim a importância da direta propriedade dos meios de produção e projetando a propriedade do conhecimento como elemento decisivo da acumulação capitalista. A atividade mecânica da fábrica taylorizada empobrece a realização do trabalho, mas propicia laços de solidariedade operária derivada da semelhança nas condições de vida, que ganha expressão organizativa e cultural no sindicato e no partido de massa. A chamada revolução informacional, por seu turno, rompe a solidariedade operária, fragmentando-a em pequenos corporativismos setorializados no mercado, e dissolve o antagonismo social latente, já que na fábrica automatizada o trabalhador é isolado, e seu contato com outros trabalhadores, que cumprem diferentes funções, é feito através do gerenciamento do processo de trabalho e da produção, que concentra o poder na empresa.

Essa individualização do trabalho, conectada às novas tecnologias e às novas formas de organização e gerenciamento do trabalho, representa uma ulterior expropriação da subjetividade operária, pois, além da mão, submete a mente. Ao mesmo tempo em que o trabalho da fábrica taylorizada é desvalorizado, a revolução tecnológica eleva a produtividade social do trabalho, dotando uma parcela limitada da força de trabalho de saber técnico-científico, ao ligar trabalho produtivo e conhecimento científico, e assim constituindo uma nova versão de "aristocracia operária". Mas, por outro lado, assim se cria uma quantidade crescente de trabalhadores em situação de acrescida precariedade, ocupada em tempo parcial, expropriados de seu saber acumulado, uma massa enorme de expulsos do processo produtivo, no limite, expropriados do uso da sua força de trabalho.

Com a fragmentação, destruição ou deslocamento da classe operária que se forjou na pregressa onda de revoluções passivas, por meio de uma "guerra de posição" na produção, perpetra-se um novo desdobramento e fragmentação dos grupos sociais subalternos, que permite ao capital desencadear a ofensiva contra os direitos sociais e do trabalho. Estabelecido o objetivo de (re) privatizar a esfera pública, de modo a encaminhar soluções para a crise fiscal do Estado, ao mesmo tempo se conjura para que aquela parte da força de trabalho que permanece útil para o capital seja reduzida a uma nova forma de corporativismo (análogo à servidão feudal), a partir do momento que seu posto de trabalho e suas garantias sociais devem passar a depender diretamente da tentacular empresa privada. Assim, nem mesmo o aumento de produtividade gerado pelas novas tecnologias e novas qualificações consegue estancar a queda das condições de vida dos trabalhadores.

Na realidade, há uma transferência de propriedade e de poder político para as grandes corporações capitalistas com o decorrente esvaziamento da capacidade decisória e da soberania do Estado nacional em direção a novas instituições burocráticas supranacionais e a instituições localistas, praticamente imunes a qualquer controle democrático. O resultado é que as instituições liberal-democráticas, gestadas e fortalecidas no contexto do Estado nacional, tendem a perder poder decisório em favor de organismos burocráticos internacionais e privados, ligados mais ou menos diretamente aos interesses do grande capital e das grandes empresas. O FMI e o BIRD, em grande medida, determinam a política financeira que redefine os espaços de acumulação, sobrepondo-se a soberania estatal, cada vez mais delimitada. O governo representativo tem mesmo sua eficácia colocada em dúvida, a fim que se imponha formas de "democracia plebiscitária" (ou de cesarismo), movimento esse facilitado pela crise do sindicato e partido de massa e de toda a cultura socialista.

Impedido pelo seu caráter de acumulação privada e de organização hierárquica da produção e do poder político, ainda que o capital se empenhe na constituição do *imperium mundi* das grandes corporações, não pode prescindir do Estado para dar guarida ao seu poder. O que ocorre é simplesmente a privatização e a transferência de "responsabilidades" para instâncias da sociedade civil, sejam empresas ou organizações sociais. O Estado é sempre mais importante para tentar conter a crise de acumulação, empenhando-se em garantir parcelas de mercado e fontes de recursos naturais, alterando suas funções de acordo com as necessidades da mundialização do capital.

A dinâmica militarista, intrínseca ao imperialismo, não cessa, mas se alarga, e essa é indispensável para a garantia da colonização dos mercados internos dos Estados periféricos, caso a pressão financeira não seja o bastante. Portanto, o enfraquecimento do Estado é diferenciado e mesmo relativo. De fato, são os Estados nacionais

periféricos aqueles a serem debilitados porque sofrem uma ofensiva colonialista que atinge seus recursos naturais, a ordenação da produção e seus mercados. Cai o mito da soberania do poder estatal.

As iniciativas tendo em vista a restauração da produtividade da acumulação capitalista foram implementadas com toda a força nos anos 80, respaldadas também por ampla ofensiva cultural e ideológica, que garantia o fim do trabalho, o fim dos sujeitos, o fim da História, o fim da luta de classes. Era a época pós-moderna que se iniciava, o tempo dos fragmentos e do individualismo levado ao extremo, tempo a-histórico da prevalência da máquina sobre o homem. Essa ofensiva generalizada do capital teve seus objetivos iniciais realizados em pouco tempo: foi alcançado o enfraquecimento do movimento operário, de suas instituições e ideologias, mas a derrubada do socialismo de Estado foi decisiva para a desarticulação da resistência dos trabalhadores como sujeito coletivo.

Ao contrário da acumulação originária privada do capital que obrigou abertura de espaços institucionais no Estado absolutista, compondo-se com a nobreza feudal, no Estado feudal-socialista do Oriente -- o socialismo de Estado --, por sua postura anticapitalista, a acumulação privada só poderia abrir caminho através da irrupção de uma burguesia formada nos subterrâneos. Era essa uma burguesia sem qualquer parâmetro cultural ou legal que delimitasse sua atividade no mercado forjado na contravenção e que desde logo se associou ao grande capital imperialista, cedendo à colonização o novo mercado que se abria. A inviabilidade da reativação da democratização socialista tornou inevitáveis as crescentes concessões à pressão imperialista e, por fim, a capitulação e a desintegração, que resultou na virtual colonização da Europa oriental.

A desintegração do socialismo de Estado ofereceu toda a certeza de que o mundo imperial unipolar sob controle completo do capital estivesse por se realizar. A mundialização do circuito do capital e a configuração do império estavam ao alcance das mãos tenebrosas da oligarquia financeira transnacional. O redimensionamento dos espaços também estava em andamento, com o cerco aos recursos do Oriente-Médio, por meio da guerra do Iraque e a guerra de destruição da Iugoslávia. O núcleo do império unipolar é o EUA, que exerce o seu mandato em nome das grandes corporações capitalistas transnacionais, particularmente daquelas que tem seus interesses definidos a partir do solo americano.

Depois da ruptura de 1989-1991, quando o socialismo de Estado concluiu a sua parábola, em vários Estados e regiões se intentou impulsos de revolução passiva, fundindo-se nacionalismo e neo-liberalismo (como no Japão). O fim do socialismo de Estado deu novo alento a todas as forças mais reacionárias do cenário mundial, com a emergência de forças dotadas de ideologias religiosas regressivas.

Em 2001 ocorreu uma nova virada na política mundial sugerida pelos atentados espetaculares perpetrados nos EUA, coincidentes com sintomas de esgotamento do crescimento econômico baseado na financeirização. A partir de então a agressividade imperial se tornou cabal, com guerras de conquista e pressões econômicas e diplomáticas ultrajantes. Sentiu-se a necessidade de garantir recursos energéticos a qualquer preço, sinal que o poder imperial unipolar gerenciado pelas grandes empresas capitalistas encontrava problemas de monta. Essas se apresentam na enorme dificuldade de se restaurar as taxas de acumulação capitalista, mesmo com o aumento da produtividade do trabalho vivo, e da crescente dependência dessa acumulação da especulação financeira e da produção armamentista (conforme antiga avaliação de Lênin).

A potência gestora do *imperium mundi*, na medida que tem a sua economia debilitada e cada vez mais dependente do movimento do capital financeiro e da indústria bélica, *paripassu* aumenta a agressividade e declina a capacidade hegemônica. O império do capital construído com a força do Estado americano tende a ver se enfraquecer esse instrumento enquanto força de concentração hegemônica, o que só estimula o caos nas relações internacionais, considerando que a ONU, até porque serviu de instrumento da hegemonia americana, não tem a menor possibilidade de gerenciar os múltiplos conflitos existentes e potenciais.

A outra grande dificuldade está em sanar a brecha que se abriu na crise dos anos 70, quando alguns poucos Estados puderam conseguir um arranque de crescimento econômico, que cria mais problemas a dominação capitalista do que resolve. Trata-se dos casos da Coreia do Sul (que incomoda o Japão, sobremaneira), da China e da Índia, assim como do Iran, de certa maneira. A China e a Índia contam juntas com mais de 2/5 da população humana, ou seja, um enorme mercado potencial que lhes permite crescer a taxas muito significativas. Particularmente a China representa um desafio ao império unipolar com seus enclaves capitalistas e uma periferia não-capitalista.

Pode-se, por certo, levantar dúvidas sérias sobre a definição da mundialização do capital como revolução passiva, mas por outro lado, é razoável analisar casos nacionais particulares de revolução passiva na mundialização, como os citados casos da China, da Coreia, da Índia. Do mesmo modo, ainda que predominem aspectos de restauração, de modos diferentes também o Iran e o Japão poderiam ser assim avaliados. Na América Latina é possível perceber uma revolução passiva no Chile, nação usada como laboratório do empreendimento neoliberal. Venezuela, Bolívia e Equador podem avançar evoluções nacional-democráticas que se radicalizem em direção anticapitalista, mas Brasil, Argentina e México se detêm, presos a incertezas. O problema é sempre aquele do como afrontar a mundialização.

8. Considerações finais

A esse ponto, a guisa de conclusão provisória, pode-se interrogar sobre o rigor de se qualificar os últimos trinta anos da história do imperialismo como uma revolução passiva de caráter mundial. Aparentemente a crise dos anos 70 e o esgotamento de um ciclo de revoluções passivas projetaram o americanismo como variante capaz de se sobrepor a todas as outras e criar um império universal. O cansaço do fordismo pode ser superado pela incorporação da variante japonesa de organização do processo de trabalho dentro de um contexto de forte inovação tecnológica e de mercados abertos. Esse revolvimento nas bases materiais da produção capitalista seria o fundamento de uma revolução passiva que restauraria a produtividade do capital. A ideologia do neoliberalismo serviu bem de invólucro a esse cenário de fantasia.

Como se viu, com Gramsci, uma revolução passiva sugere um impacto revolucionário externo e uma forte pressão das classes subalternas sobre o poder nacional vigente. O impacto externo poderia ser localizado, com um tanto de flexibilidade sobre o conceito, numa ofensiva imperial -- de caráter claramente restaurador -- desencadeada pelos EUA em todos os quadrantes, e a pressão das classes subalternas poderia ser vista principalmente na força do movimento operário europeu e nos movimentos revolucionários das periferias. Mas uma revolução passiva reordena o conjunto das classes dominantes incorporando novos elementos, atraindo parte de suas direções e desarticulando a força antagônica. O intento foi o de articular o conjunto dos proprietários, de difundir e generalizar a noção de propriedade como par indissociável

de liberdade (ainda que pela força), até como instrumento ideológico de desagregação do antagonismo social. Uma revolução passiva desencadeia também uma guerra de posição que para ser vitorioso o capital e o conjunto das classes dirigentes precisam absorver parcialmente as demandas dos grupos sociais subalternos e atrair suas direções intelectuais, a fim de que a hegemonia civil seja recomposta.

Mas se havia (como penso que havia) uma vontade e uma iniciativa subjacente de desencadear uma revolução passiva, uma revolução-restauração, que, além de resgatar a produtividade do capital, reordenasse a capacidade da burguesia capitalista de gerir um seu império sobre o mundo, sob a forma de uma hegemonia fundada na alienada faceta egóico-proprietária, essa falhou. Falhou e não podia ser de outro modo, pois as dificuldades incontornáveis para a superação da crise fiscal e a crise de produtividade obrigam a um crescente espezinhar da força de trabalho, expropriada em larga medida até mesmo da sua condição de *homo faber*. Ademais, a produção capitalista torna-se crescentemente destrutiva de bens de uso para que se force a criação permanente de novos bens de troca. Nesse processo, a utilização de recursos naturais que geram energia é realizada de maneira crescente e de forma a conduzir o ambiente natural e humanizado a uma catástrofe sem precedente, colocando em risco até mesmo a sobrevivência da espécie humana.

Os processos históricos analisados por Gramsci e que podiam ser qualificados como revoluções passivas traziam consigo ainda um potencial civilizador, que poderia criar mesmo condições mais adequadas para a revolução socialista. Gramsci acenava que as revoluções passivas “acolhem uma parte qualquer das exigências populares” e alimentam “expectativas e esperanças”. [40]

Na dialética revolução-restauração da fase atual do imperialismo denominada de mundialização do capital, o aspecto revolução se limita a novas tecnologias, mas não se tem mostrado capaz de resolver os problemas do capital, até porque predomina a tendência a arrasar a força de trabalho e a prescindir dela no seu processo de acumulação, o que é uma contradição insanável do próprio capital; o aspecto restauração, por sua vez, não consegue contemplar a dimensão da hegemonia civil, pelo contrário, estimulando a conflitualidade no seio dos grupos sociais subalternos, induz uma permanente guerra civil de variável intensidade.

A questão posta por Gramsci era de como sair vitorioso de uma revolução passiva de caráter nacional, de como transformá-la em parte de revolução socialista internacional, de como culminar uma guerra de posição com uma guerra de movimento que derrubasse o poder do capital e suas instituições. Hoje a questão posta é uma outra, muito mais radical e urgente: como impedir a barbárie tecnológica e a catástrofe ambiental induzida pela ação do capital em crise, senão com a revolução socialista internacional? Como se pode falar em revolução passiva quando há sintomas de regressão do próprio processo de humanização do homem?

Assim, a dúvida que assolou Gramsci na análise do americanismo, se esse era realmente um processo histórico a ser qualificado como revolução passiva ou “só um acumular-se molecular de elementos destinados a produzir um revolvimento do tipo francês” [41], pode muito bem assombrar o presente. O retorno em novo patamar de muitas das características da acumulação primitiva do capital (que nunca estiveram ausentes ou foram superadas), nessa fase tardia do imperialismo, como formas variadas de servidão e escravidão, mormente nas periferias, mas não só, destacam a factibilidade dessa dúvida.

O aprofundamento da contradição em processo do capital, os elementos de

entropia nos processos sociais e nas relações internacionais, a diversificação e fragmentação de manifestações político-culturais dos grupos sociais subalternos, inclusive com elementos de forte regressividade religiosa ou racista, indicam uma nova atualidade do dístico “socialismo ou barbárie”. Ao momento em que a hegemonia se propõe tão somente como acentuação do individualismo proprietário e como manipulação ideológica, alcançando um número sempre mais exíguo de indivíduos e grupos é necessário pensar se, na verdade, mais do que uma revolução passiva sob a forma de mundialização do capital é mais provável que estejamos diante da crise orgânica do bloco histórico constituído sob o controle e a dinâmica do capital, que no seu inexorável declínio aponta para um crescente barbarismo social e tecnicista. Gramsci sugeria que

Se a classe dominante perdeu o consenso, quer dizer que não é mais “dirigente”, mas unicamente “dominante”, detentora da pura força coercitiva, isso significa exatamente que as grandes massas se descolaram das ideologias tradicionais, não crêem mais nisso em que antes criam, etc. A crise consiste exatamente no fato que o velho morre e o novo não pode nascer: nesse interregno se verificam os fenômenos mórbidos mais variados. [\[42\]](#)

O socialismo, ou melhor, a revolução comunista, como superação da crise orgânica, no entanto, somente poderá se concretizar por meio de uma larga aliança global dos grupos sociais subalternos postos em antagonismo ao processo de acumulação do capital e a dominação imperial e a tudo aquilo que leva consigo: a exploração do trabalho, a submissão da mulher, a racialização e a devastação ambiental. Nesse caminho, com a mediação da dimensão nacional, que se constitua uma nova classe operária, mais preocupada com a contradição em processo do que com uma sua possível “identidade”, que enfrente o desafio da emancipação humana e de construção de uma “nuova civiltà”.

A atualidade de Gramsci se encontra tanto na sua radicalidade crítica, no seu pensamento dialético e dialógico, quanto numa filosofia da práxis que destaque o espírito de cisão diante do capital e das formas várias de poder político, que enfatize a autonomia, a auto-organização e o antagonismo social. Mais atual do que nunca, porque de uma dimensão muito maior e muito mais concreta, é a necessidade de se forjar uma frente única de forças sociais e políticas que configurem o embrião do novo bloco histórico fundado no trabalho associado e emancipado.

[\[1\]](#) CUOCO, Vincenzo. *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*. Milano: Rizzoli, 1999.

[\[2\]](#) GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Cárcere*. Torino: Einaudi, 1975; Q. 13, & 17, p. 1582. (a partir de agora apenas Q, &, p.)

[\[3\]](#) Q. 13, *ibidem*.

[\[4\]](#) Q. 8, & 125, p. 957.

[\[5\]](#) Q. 13, & 17, p. 1582.

[\[6\]](#) Q. 13, & 1, p. 1559.

[\[7\]](#) Q. 13, & 27, p. 1622.

[\[8\]](#) Q. 13, & 07, p. 1566.

[\[9\]](#) Q. 07, & 16, p. 866

- [10] DEL ROIO, Marcos. *Os prismas de Gramsci: a fórmula política da frente única (1919-1926)*. São Paulo: Xamã, 2005.
- [11] GRAMSCI, Antonio. Q. 13, & 24, p. 1613-1614, 1975.
- [12] Q. 06, & 138, p. 802
- [13] Q. 07, & 80, p. 912-13
- [14] Q. 08, & 126, p. 1089.
- [15] Q. 10, p. 1209
- [16] Q. 10, & 09, p.1227.
- [17] Q. 10, & 09, p 1228.
- [18] Ibidem..
- [19] Q. 10, & 09, p. 1229
- [20] Q. 15, & 11, p. 1766-1767.
- [21] Q. 07, & 16, p. 865-867.
- [22] GRAMSCI, Antonio. *Lettere (1908-1926)*. Torino: Einaudi, p. 459.
- [23] Ibidem, p. 460.
- [24] Q. 08, & 185, p. 1053
- [25] Q. 05, & 127, p. 662.
- [26] Q. 13, & 37, p.1640.
- [27] TROTSKI, Leon. *Europe e Amerique*. Paris: Anthropos, 1971.
- [28] Q. 22, & 01, p.2140. Note-se a analogia desse dilema interpretativo com aquele que corroia Marx e Engels a propósito da Rússia do último quartel do século XIX, quando pensavam uma revolução jacobina burguesa e mesmo Lênin, quando se perguntava logo após a revolução de 1905 sobre os caminhos da revolução naquele império oriental.
- [29] Q. 22, & 01, p. 2139.
- [30] Ibidem,
- [31] Ibidem,
- [32] Q. 22, & 02, p. 2145-2146.
- [33] Q. 22, & 02, p. 2146
- [34] Q. 22, & 11, p. 2165
- [35] Q. 22, & 15, p. 2180
- [36] Q. 22, & 15, p. 2178-2179.
- [37] Q. 22, & 06, p. 2157.
- [38] Q. 22, & 15, p. 2179
- [39] As reflexões que se seguem se fundamentam principalmente em DEL ROIO, Marcos. *O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998; CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996; MESZAROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002; Idem. *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo: Boitempo, 2003; HARVEY, David. *La guerra perpétua: analisi del nuovo imperialismo*. Milano: Il Saggiatore, 2006.
- [40] Conferir citações das notas 4 e 18.
- [41] Conferir citação da nota 28.

[\[42\]](#) Q. 3, & 34, p. 311.